



PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 4.499, DE 2025

PROJETO DE LEI Nº 4.499, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Autor: Deputado CORONEL ASSIS

Relator: Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.499, de 2025, de autoria do Deputado Coronel Assis, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, Lei de Crimes Hediondos.

Na justificativa apresentada, o distinto Autor enfatiza que a finalidade central da proposta é atualizar o ordenamento jurídico brasileiro para enfrentar a escalada da violência urbana e a sofisticação das ações criminosas conhecidas como “domínio de cidades”. Trata-se de práticas em que organizações armadas, altamente estruturadas e munidas de armamento pesado, promovem bloqueios de vias, ataques coordenados contra instituições financeiras e estruturas públicas, chegando a dominar forças de segurança



* C D 2 5 8 4 9 1 0 9 6 2 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

locais e comunidades inteiras, o que representa ameaça direta ao monopólio da força pelo Estado

O texto esclarece que, em contraste com roubos praticados no passado por pequenos grupos, hoje as ações envolvem dezenas de criminosos, utilização de fuzis de uso restrito, artefatos explosivos, veículos blindados e até captura de reféns como estratégia de escudo humano. Tais condutas, além de ocasionarem vultosos prejuízos patrimoniais, comprometem a segurança pública, a estabilidade das instituições e a sensação de ordem da população, configurando risco coletivo de alta gravidade.

Para enfrentar esse fenômeno, a proposição cria a figura penal autônoma do “Domínio de Cidades” no Código Penal, definindo condutas típicas como bloqueio de vias, destruição de instalações públicas ou privadas, uso de explosivos, drones e aeronaves, bem como a prática de tais atos para facilitar fugas prisionais. O projeto prevê penas severas, de oito a trinta anos de reclusão, e estabelece causas de aumento, reforçando a resposta punitiva e dissuasória. Além disso, inclui o novo delito no rol dos crimes hediondos, alinhando sua gravidade à de outros ilícitos que afetam diretamente a ordem e a segurança coletivas.

Finaliza, salientando que a proposição representa resposta firme e necessária do Parlamento à criminalidade organizada, buscando assegurar instrumentos legais proporcionais à dimensão da ameaça. A tipificação específica visa não apenas punir de forma mais adequada os autores, mas também proteger a coletividade, reforçar a autoridade estatal e resguardar os princípios constitucionais da segurança, da ordem pública e da defesa da sociedade brasileira.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC – mérito e art. 54).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.





É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete emitir parecer sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e o mérito da proposição ora apreciada.

Em relação à iniciativa constitucional da proposição, não há óbices, uma vez que se verifica respeito aos requisitos constitucionais formais, competindo à União legislar sobre o tema e sendo a iniciativa parlamentar legítima, eis que não incidem, na espécie, quaisquer reservas à sua iniciativa.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre o projeto e a Constituição Federal. No que diz respeito a **juridicidade**, nada há a se objetar, já que o texto da proposta inova no ordenamento jurídico e não contraria os princípios gerais do direito.

A **técnica legislativa** empregada no âmbito da proposição legislativa atende os ditames da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Passemos agora à análise do mérito do projeto.

O mérito da proposição reside, em primeiro lugar, no reconhecimento da necessidade de atualização constante do ordenamento jurídico para acompanhar a evolução das práticas criminosas. A criação de novos tipos penais, como o que ora se propõe, representa passo importante na adequação da legislação às realidades emergentes de criminalidade altamente organizada, que desafiam a capacidade de resposta do Estado e exigem instrumentos proporcionais à gravidade da ameaça.

Além disso, a proposta demonstra sensibilidade para com o sentimento social de insegurança e para com a demanda por medidas mais



* C D 2 5 8 4 9 1 0 9 6 2 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

Apresentação: 07/10/2025 13:01:31.090 - PLEN
PRLP 1 => PL 4499/2025
PRLP n.1

eficazes no enfrentamento de ações que extrapolam a noção tradicional de roubo ou até mesmo do regate de prisioneiros. Ao tipificar de forma específica o chamado “domínio de cidades”, o projeto fornece maior clareza jurídica, assegura tratamento uniforme aos casos e fortalece a atuação das instituições responsáveis pela persecução penal.

Outro aspecto relevante é que a proposição não se limita a punir condutas individuais, mas reconhece e enfrenta a dimensão coletiva e estrutural dessas ações. O projeto incorpora agravantes e circunstâncias qualificadoras que refletem a gravidade da utilização de armamentos pesados, explosivos, drones e da tomada de reféns, traduzindo, em linguagem normativa, as práticas criminosas contemporâneas que colocam em xeque a ordem pública e a integridade de comunidades inteiras.

A partir da análise da matéria e dos debates, fizemos algumas alterações para melhorar a precisão redacional e deixar o tipo penal mais adequado à repressão do crime a que se refere. Aumentamos a pena mínima para adequá-la à gravidade do delito e para representar uma efetiva medida de dissuasão. Além disso, reposicionamos o novo tipo penal no título dos crimes contra a paz pública, pela proximidade temática com os de associação criminosa e constituição de milícia privada. Realizamos, ainda, algumas alterações de expressões utilizadas para dar mais clareza e abrangência ao tipo penal.

Por fim, cumpre destacar que a tipificação autônoma e a inclusão desse delito no rol dos crimes hediondos revelam o cuidado do legislador em oferecer instrumentos de maior rigor punitivo e dissuasório. Trata-se de providência coerente com os princípios constitucionais de preservação da segurança pública, da proteção da coletividade e da defesa da soberania estatal. Nesse sentido, o projeto merece ser enaltecido como medida oportuna, equilibrada e alinhada às exigências do nosso tempo.





Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

II.1 - Conclusão do voto

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 4.499/25 e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2025.

Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO
Relator

Apresentação: 07/10/2025 13:01:31.090 - PLEN
PRLP 1 => PL 4499/2025
PRLP n.1



* C D 2 2 5 8 4 9 1 0 9 6 2 2 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258491096200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 4.499, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Art. 2º Inclua-se o seguinte art. 288-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal):

“Domínio de Cidades

Art. 288-B. Ordenar, executar ou participar, de qualquer forma, de ação de bloqueio de vias de tráfego, terrestre ou aquaviário, ou de estruturas ou equipamentos das forças de segurança





Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

Apresentação: 07/10/2025 13:01:31.090 - PLEN
PRLP 1 => PL 4499/2025
PRLP n.1

pública, com emprego de arma, com finalidade de praticar crimes:

Pena - reclusão, de 18 (dezoito) a 30 (trinta) anos.

§ 1º A pena aplica-se em dobro, se o agente:

I - utilizar arma de fogo de uso restrito ou proibido ou qualquer artefato explosivo, químico, biológico, radiológico ou meio que coloque em risco a incolumidade pública e o patrimônio público ou de terceiros;

II - pratica o crime mediante a captura de reféns;

III - investir contra as instalações com destruição parcial ou total de prédios públicos ou privados;

IV - inabilitar total ou parcial às estruturas de transmissão de energia, telefonia, abastecimento de água ou qualquer outra infraestrutura pública ou de interesse da população;

V - usar aeronaves, drones ou outro equipamento por via áerea;

VI - praticar alguma das condutas descritas no caput para propiciar a fuga de estabelecimento prisional.

§ 2º As penas do crime previsto neste artigo se aplicam sem prejuízo das penas relacionadas ao crime contra o patrimônio ou incolumidade pública praticado e das penas relativas à violência.” (NR)

Art. 3º O caput do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art.

1º.

.....





Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

XIII - domínio de cidades (art. 288-B).

....." (NR).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2025.

Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO
Relator

